


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	(Reapresentado)		Passivo	Nota	(Reapresentado)	
		2017	2016			2017	2016
Circulante		670.730	516.920	Circulante		643.627	494.584
Disponibilidades	3	4	465	Relações interfinanceiras	10	616.335	464.190
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	27.065	87.100	Outras obrigações	11	27.292	30.395
Títulos e valores mobiliários	5	641.253	424.102	Não circulante		1.346	703
Relações interfinanceiras	1	1	1	Outras obrigações	11	1.346	703
Outros créditos	6	2.178	2.779	Patrimônio líquido	12	52.231	45.556
Outros valores e bens		229	1.663	Capital social		37.308	37.308
Não circulante		26.474	23.924	Reserva de sobras		8.950	8.248
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6	76	Sobras acumuladas		5.973	—
Outros créditos	7	112	20	Total do passivo e patrimônio líquido		697.204	540.844
Investimentos	6	5	70				
Imobilizado de uso	8	7.676	6.432				
Intangível	9	18.681	17.396				
Total do ativo		697.204	540.844				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto se outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil, foi constituída por cooperativas Centrais e integrantes do Sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicação no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede administrativa e foro na cidade de São Paulo/SP com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar, coordenar, organizar e executar as atividades das filiadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de sua capacidade ou convivência de atuação das suas associadas. O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos está descrito na nota 20.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram por ela aprovadas em 19 de março de 2018. Reapresentação de informações comparativas: Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2016, incluídos na nota explicativa 3, e em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, parte integrante dos saldos apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo reapresentados para fins de atendimento aos requisitos previstos na Resolução 3.604/2008 do BACEN. Destacamos ainda que os gastos relacionados ao projeto de TI, classificados no ativo, e a respectiva obrigação (custeada pelo Fundo Garantidor) em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentados em função da baixa contábil procedida após a conclusão do estudo técnico sobre tais projetos, sendo os impactos demonstrados no quadro abaixo:

	Valor original	Valor ajustado	Valor re-apresentado
Demonstração do Fluxo de Caixa - Dez. 2016			
Provisões para passivos contingentes (Aumento) redução aplicações interfinanceiras de liquidez	—	36	36
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	1.312 (61.337)	(60.025)	(60.025)
Aumento (redução) de outras obrigações	7.119 (36)	7.083	7.083
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	361.655 (361.569)	86	86
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	512.477 (512.012)	465	465
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa			
Total	512.478 (512.012)	465	465
Nota 6 - Outros créditos			
Total	29.106 (26.327)	2.779	2.779
Nota 11 - Outras obrigações			
Total	56.722 (26.327)	30.395	30.395

b. Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados. **b.1 Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos trimestralmente. **b.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários livres. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, sendo atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, e ajustados aos respectivos valores de mercado. As aplicações em cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site do CVM. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA, e as Aplicações em letras financeiras são avaliadas com base nos spreads a cada emissão. Este spread são calculados com base nas taxas médias negociadas na data, conforme aplicável. **b.5 Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneamente da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7 Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8 Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.12 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, quando a existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outros analistas das matrizes, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão ou divulgação. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Confederação optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais.

b.16 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária, e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido as determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2017	(Reapresentado)	2016
Disponibilidades	4	465	465
Caixa e depósitos bancários	4	465	465

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

Descrição	2017	2016
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	24.759	56.135
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.307	—
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	—	31.775
	27.065	87.910

As Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e são lastro de operações compromissadas, podendo ser negociadas a qualquer momento. As operações compromissadas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratadas em cada operação. No exercício de 2017, foram registrados os rendimentos em resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 10.336 (R\$ 5.601 em 2016).

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e estatutárias:	7.377	7.377	11.849	11.849
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)	1.542	1.542	178	178
Cotas de Capital a Pagar	5.835	5.835	11.671	11.671
Fiscais e previdenciárias:	1.930	1.930	1.478	1.478
Impostos e contribuições a recolher (II)	1.930	1.930	1.478	1.478
Diversas:	17.985	1.346	19.331	17.068
Provisão para pagamentos a passivos	6.429	6.429	5.258	5.258
Provisão para efetuar contingências (III)	—	1.346	1.346	—
Credeiros diversos	3.490	—	3.490	4.488
Instrumento de Dívida elegível (IV)	8.066	—	8.066	7.322
	27.292	1.346	28.638	30.395

i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Nota	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira	25.526	56.268	60.031	60.031
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.611	10.336	5.601
Títulos e valores mobiliários	5	20.915	45.932	54.430
Dispêndios da intermediação financeira	(23.774)	(52.342)	(54.878)	(54.878)
Operações de captação no mercado	10.a	(23.774)	(52.340)	(54.878)
Provisão para créditos de fiança	—	(2)	—	—
Resultado bruto da intermediação financeira	1.752	3.926	5.153	5.153
Outros (dispêndios) operacionais	3.309	5.176	(7.556)	(7.556)
Ingressos de prestação de serviços	13	4.599	10.611	4.678
Dispêndios de pessoal e honorários	(23.028)	(43.244)	(43.143)	(43.143)
Despesas tributárias	(73)	(184)	—	—
Outros dispêndios administrativos	14	(18.615)	(32.215)	(34.787)
Outros dispêndios operacionais	(1.575)	(2.971)	(7.553)	(7.553)
Outros ingressos operacionais	15	41.901	73.121	73.250
Resultado operacional	5.061	9.075	(2.402)	(2.402)
Resultado não operacional	(6)	(4)	2.641	2.641
Resultado antes da tributação	5.055	9.071	239	239
Imposto de renda e contribuição social	(297)	(862)	(239)	(239)
Sobra líquida do semestre/exercício	4.758	8.209	—	—

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12). ii. Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Confederação, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionários variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos. iii. A Confederação possui provisões para contingências, refere-se às ações judiciais de natureza fiscal, relativas a PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), com depósito judicial e DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras, sem depósito judicial. Consta ainda, provisão para passivo contingente para fazer frente a eventuais perdas com processos trabalhistas, sem depósito judicial. A Administração da Confederação, constitui provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações. iv. Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de capital nível II, que leva a finalização do ciclo de subordinação de referência para suportar o índice de imobilização, em substituição à integralização de capital. Em atendimento à Resolução Nº 5.152/2011, UNICRED do Brasil possui sete operações de crédito na qual figura como garantidora. Em 31 de dezembro de 2017 o valor de Garantias prestadas soma R\$ 391 (R\$ 936 em 2016) e a provisão constituída totaliza R\$ 2 (R\$ 29 em 2016). As provisões e os depósitos em garantia estão assim resumidos:

Natureza constituída	2017		2016	
	Valor do provisão	Valor dos depósitos em garantia	Valor do provisão	Valor dos depósitos em garantia
PIS	12	12	12	12
COFINS	68	68	64	64
Outros	1.266	32	627	—
	1.346	112	703	76

A provisão leva a seguinte movimentação no exercício:

	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	632	—	632
Atualização durante o exercício	71	—	71
Reversão de Provisão	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	703	—	703
Provisões utilizadas durante o exercício	241	1.830	2.071
Reversão de Provisão	(236)	(1.192)	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	708	638	1.346

Passivos contingentes: A Confederação é ré em uma ação de natureza cível, com valor de causa total de R\$ 2.058 e cinco ações de natureza trabalhista, com valor de causa total de R\$ 355 em 31 de dezembro de 2017. A Administração da Confederação decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, não registrar qualquer provisão para contingências em face desses assuntos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. **Capital social:** É representado pelas integralizações de capital social de quatro centrais em 31 de dezembro de 2017 e 2016. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. **b. Reserva legal e FATES:** Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Confederação; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 11). c. **Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2017, foram aprovadas as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2016, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

13. INGRESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Renda serviços	2.966	7.290	4.020	4.020
Rendas de Compensação	1.733	3.321	1	1
Outros serviços	—	—	657	657
	4.699	10.611	4.678	4.678

14. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS:

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Dispêndios com serviços	(3.343)	(5.413)	(10.900)	(10.900)
Dispêndios com alugueis e condomínios	(817)	(1.752)	(1.461)	(1.461)
Dispêndios de comunicação, promoções e publicidade	(792)	(1.404)	(3.835)	(3.835)
Dispêndios de processamentos	(8.017)	(12.746)	(6.116)	(6.116)
Dispêndios com viagens	(882)	(1.493)	(1.845)	(1.845)
Dispêndios com seguros	(129)	(260)	(250)	(250)
Dispêndios de depreciações e amortizações	(3.919)	(7.795)	(6.535)	(6.535)
Outros dispêndios administrativos	(719)	(1.352)	(3.725)	(3.725)
	(18.615)	(32.215)	(34.787)	(34.787)

15. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS:

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Taxa de contribuição (I)	30.053	68.511	68.607	68.607
Reversão provisões operacionais	463	1.176	520	520
Outros ingressos operacionais	3.385	3.465	4.123	4.123
	41.901	73.152	73.250	73.250

(I) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. Neste grupo de contas, tem registrado o reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação.

16. SEGUROS CONTRATADOS: A Administração da Confederação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para os equivalentes de caixa e relações interfinanceiras. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

18. PARTES RELACIONADAS: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema UNICRED, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca UNICRED, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional. **Cooperativas centrais associadas:** Na relação das associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser reverendos. Dentre os direitos destacamos: o direito ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, a participação em decisões de interesse geral ou da Confederação, votar e ser votado, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regulamento Interno, aos cargos eletivos da Confederação, emitir-se de fato e de direito, beneficiar-se de serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG), dentre outros. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Confederação e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica e estão assim resumidas:

Ativo	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.065	87.910	27.065	87.910
Títulos e valores mobiliários	641.253	424.102	641.253	424.102
Relações interfinanceiras	1	1	1	1
Outros	2.290	2.855	2.290	2.855
Passivo	616.335	464.190	616.335	464.190
Centralização financeira - cooperativas	616.335	464.190	616.335	464.190
Receita	56.268	60.031	56.268	60.031
Ingressos da intermediação financeira	56.268	60.031	56.268	60.031
Despesa	(52.342)	(54.878)	(52.342)	(54.878)
Dispêndios da intermediação financeira	(52.342)	(54.878)	(52	